

DIVULGAÇÃO

ARTIGO

**Saúde do trabalhador
exige prevenção e também
regras claras a empresas » 2**



CULTURA

**Arte transforma a crise
climática em reflexão
na terra dos colibris » 4**



DIVULGAÇÃO

Eleições 2026: a corrida pelo voto do cristão no ES

Crescimento de fiéis e presença em 17 cidades fazem de cultos parada obrigatória para candidatos à cadeira do Palácio Anchieta a partir de 2027 » 3

ILUSTRAÇÃO/ESHOJE



GIULIO CESARE IMBROISI

NR-1: retirada das sanções impõe escuta do setor

Por muito tempo, a segurança do trabalho no Brasil foi medida pelo que se podia ver, tocar ou quantificar: capacete, ruído, calor, máquina, risco de queda. Essa visão ficou incompleta. Com a atualização da NR-1, os fatores de risco psicossociais, sobrecarga, pressão excessiva, metas incompatíveis com a realidade, assédio, ausência de apoio das lideranças, passaram a integrar formalmente o Gerenciamento de Riscos Ocupacionais.

O movimento não surge no vácuo. O mundo do trabalho que emergiu da pandemia é outro; o modelo remoto e híbrido dissolveu fronteiras entre vida pessoal e profissional, a saúde mental ganhou centralidade e a sociedade passou a cobrar, com razão, ambientes mais saudáveis. É a mesma realidade, porém, que deixou muitas empresas financeiramente fragilizadas e obrigadas a se reinventar em meio a mudanças normativas sucessivas.

A novidade desloca a saúde mental do discurso genérico para a gestão. Não basta uma palestra eventual ou uma cartilha de bem-estar; a empresa precisa identificar riscos, avaliá-los, registrar informações e adotar medidas preventivas dentro do Programa de Gerenciamento de Riscos.

Isso não significa transfor-

mar todo desconforto em doença ocupacional, nem responsabilizar o empregador por qualquer sofrimento individual; significa reconhecer que a forma como o trabalho é organizado pode adoecer. Os dados do Ministério da Previdência confirmam a relevância do tema. Em 2025, foram mais de 546 mil benefícios por incapacidade ligados a transtornos mentais no país, sendo mais de 8,6 mil no Espírito Santo.

É nesse cenário que se insere a decisão do Supremo Tribunal Federal na ADPF 1316, que suspendeu por 90 dias a aplicação de multas e sanções relacionadas aos dispositivos da NR-1 sobre riscos psicossociais. A decisão abriu espaço para conciliação e definição de critérios, mas não revogou a norma, nem eliminou o dever de prevenção.

Há, porém, um ponto que o setor produtivo tem legítimo direito de fazer ouvir. Não raro, as empresas são chamadas a cumprir normas de conteúdo técnico complexo e prazos exíguos, sobre as quais não foram efetivamente consultadas.

Quem contrata, gera empregos e assume riscos costuma ser o último a ser ouvido na elaboração das regras que terá de aplicar, e o primeiro a ser autuado quando elas se mostram vagas ou de difícil execução. A própria abertura de uma fase de conciliação no Supremo, pelo Núcleo de Solução Consensual de Conflitos, reconhece que faltou diálogo prévio com quem está na ponta.

Defender o lado do empresário não é opor-se ao trabalhador. Direitos duramente conquistados devem ser respeitados, e a saúde de quem traba-

lha é inegociável. Mas a prevenção eficaz depende de regras que a empresa consiga, de fato, cumprir. Uma norma exequível, construída com escuta, protege melhor o trabalhador do que uma exigência genérica que só se converte em multa. Empresa saudável, ouvida e viável é condição para que o próprio emprego, e, com ele, os direitos do trabalhador, se sustente no tempo.

Feita essa ressalva, um alerta é essencial.

A suspensão das sanções não deve ser lida como autorização para adiar providências, e sim como uma janela de adequação. O erro estratégico será confundir pausa na punição com pausa na responsabilidade. Encerrado o prazo e definidos os critérios, a pergunta da fiscalização, do Ministério Público do Traba-

lho ou do Judiciário será simples: o que a empresa fez, concretamente, para identificar e prevenir esses riscos?

A resposta não pode depender apenas de boas intenções; é preciso documentar diagnóstico, metodologia, medidas, responsáveis e prazos. Em prevenção trabalhista, documentação não é burocracia, é prova de diligência.

É esse o equilíbrio que se defende. De um lado, o compromisso com a saúde do trabalhador e o respeito aos seus direitos. De outro, a convicção de que o empresário precisa ser ouvido antes de ser cobrado, e de que regras claras e factíveis servem melhor a todos do que a insegurança de exigências genéricas. Quem compreender isso agora sairá na frente competitiva, jurídica, institucional e humanamente.

Vamos construir
juntos os próximos
capítulos dessa

HISTÓRIA?



Em nome da fé e em busca do voto no Espírito Santo

Com 35,4% da população, grupo religioso ganha peso no mapa eleitoral e atrai candidatos

REDAÇÃO MULTIMÍDIA
jornalismo@eshoje.com.br

Os candidatos a cargos majoritários no Espírito Santo, especialmente aqueles que disputam a cadeira do Palácio Anchieta, têm intensificado a tradicional peregrinação pelas cidades do Estado neste ciclo eleitoral. Um movimento estratégico, contudo, salta aos olhos nos bastidores da corrida: a presença cada vez mais constante e calculada dos postulantes ao governo em cultos, convenções e celebrações das igrejas evangélicas.

No Espírito Santo disputam a governador Breno Barcelos (Missão), Helder Salomão (PT), Lorenzo Pazolini (Republicanos), Rafael Demuner (UP) e o governador Ricardo Ferraço (MDB) disputa a reeleição.

Marcar presença nesses altares não garante automaticamente o sufrágio no dia da votação, mas tornou-se um ata-

lho indispensável para dialogar diretamente com uma fatia massiva e bastante engajada da sociedade capixaba.

Os evangélicos já representam 35,4% dos moradores do Espírito Santo com 10 anos ou mais, de acordo com dados do Censo Demográfico do IBGE, analisados em profundidade pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN). O levantamento técnico revela que a representatividade evangélica registrou um avanço de 2,28 pontos percentuais no Estado em relação ao levantamento de 2010. Em âmbito nacional, a expansão desse segmento foi ainda mais acentuada no período, atingindo 4,69 pontos de alta.

Outro aspecto demográfico fundamental para o planejamento das campanhas majoritárias está na composição por gênero: as mulheres são ampla maioria nesse eleitorado, correspondendo a 54,7% de todo o rebanho do Estado.

O avanço desse grupo ganha contornos decisivos quando projetado sobre o mapa dos 78 municípios capixabas. Em 17 cidades do interior e da Região Metropolitana, os evangélicos já se consolidaram como o grupo religioso predominante, superando numericamente outras confissões. Embora os católicos sigam na liderança estatística estadual, representando 47,82% da população do Espírito Santo, o segmento registrou perda de participação na comparação com os dados do ciclo anterior. O redesenho



ILUSTRAÇÃO/ESHOJE

Levantamento do IJSN revela que representatividade evangélica avançou 2,28 p.p no ES

das urnas expõe a emergência de um eleitorado com peso expressivo na definição do pleito e que, ao longo dos últimos anos, notabilizou-se pela afinidade com pautas de centro e de direita.

CAPILARIDADE DAS IGREJAS

A aproximação desse eleitorado com legendas conservadoras é ancorada em dinâmicas

históricas. A primeira delas envolve a histórica resistência a pautas progressistas associadas à esquerda e a centralidade da agenda de costumes no discurso comunitário. Há décadas, lideranças religiosas tradicionais associam campos mais progressistas a ameaças diretas aos valores da família tradicional e à liberdade de culto.

A segunda engrenagem resi-

de na capacidade de organização partidária: desde a Assembleia Constituinte de 1988, bancadas evangélicas se estruturaram no Congresso, ampliando a representatividade do grupo. Por fim, o forte crescimento demográfico atua como multiplicador, transformando a capilaridade das igrejas em uma poderosa rede de mobilização.

NÚMEROS

5

é o número de candidatos ao Governo do Estado em 2026

35,4%

dos capixabas se apresentam como de religião evangélica

47,82%

da população do ES é católica

Discurso religioso não é garantia de voto

NÃO é mero acaso, portanto, que os principais concorrentes na disputa pelo Executivo estadual — o governador Ricardo Ferraço (MDB), que busca a reeleição, e o ex-prefeito da capital Lorenzo Pazolini (Republicanos) — tenham intensificado a presença nesses recintos. Todavia, a mera frequência às celebrações e a repetição de discursos alinhados à família não são suficientes para garantir a adesão irrestrita dessa parcela de votantes, que demonstra exigências pragmáticas em relação aos serviços públicos.

Estudos recentes de comportamento eleitoral revelam que o eleitor religioso está longe de constituir um bloco homogê-

neo ou facilmente manipulável. Levantamentos indicam que 60% desse eleitorado coloca a preservação dos valores familiares no topo de suas prioridades, mas 53% ressaltam que, embora possuam fé, a religião não determina cegamente suas escolhas nas urnas. Surpreendendo visões simplistas, 77% dos entrevistados defendem uma atuação forte do Estado na economia, garantindo investimentos em áreas sociais vitais como saúde, segurança e educação.

O perfil dos evangélicos capixabas traçado pelo IJSN ratifica essa maturidade: há forte concentração de adultos entre 30 e 49 anos, e quase 70% possuem escolaridade entre o ensino mé-

dio e o superior. Trata-se de um eleitor crítico que exige propostas concretas de gestão. Discursos religiosos podem abrir as portas dos templos, mas a conquista real do voto dependerá de respostas claras para as demandas fundamentais da população do Espírito Santo.

NÚMEROS

17

cidades do ES tem maioria da população declarada evangélica

60%

desses eleitores priorizam valores familiares para escolher



ILUSTRAÇÃO/ESHOJE

Mulheres representam 54,7% do rebanho no Espírito Santo

Crise climática e arte se reúnem em Santa Teresa

Projeto REVOADA abre chamada regional com prêmios e debate ambiental na Região Serrana

REDAÇÃO MULTIMÍDIA
jornalismo@eshoje.com.br

Santa Teresa se prepara para sediar a primeira edição do Salão de Artes Integradas de Santa Teresa — REVOADA, iniciativa que coloca a produção artística contemporânea no centro dos debates sobre as transformações ambientais do presente. Com o tema “A Crise Climática na Perspectiva da Arte”, o projeto está com inscrições gratuitas abertas até este sábado, dia 28 de agosto, para criadores de todo o Brasil e estrangeiros residentes no país.

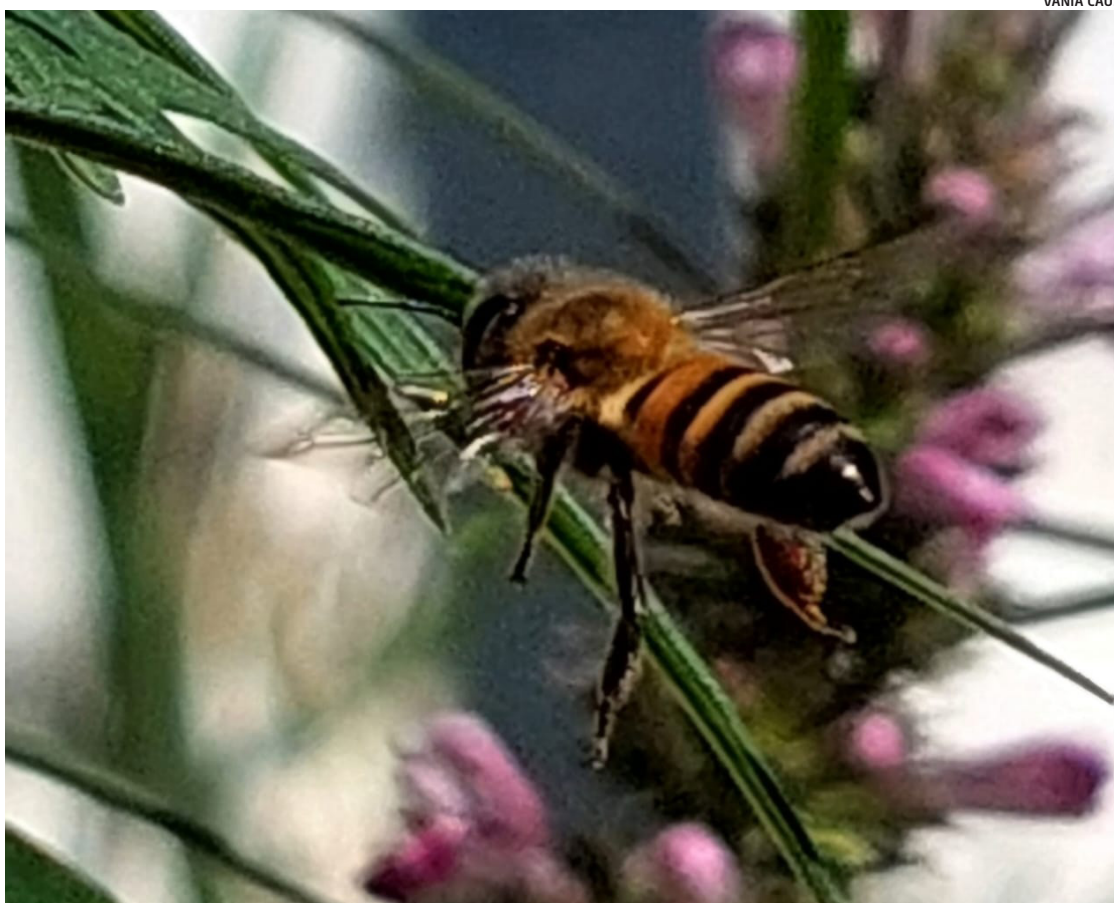
A proposta busca aproximar o fazer artístico de pautas urgentes, como mudanças climáticas, biodiversidade, sustentabilidade, preservação de florestas e fontes hídricas, além de memória ambiental e justiça climática. Mais do que delimitar um assunto para a produção visual, o REVOADA pretende estruturar um ponto de encontro no qual diferentes linguagens possam ampliar o diálogo sobre a relação entre a sociedade e a natureza no Espírito Santo.

O edital aceita inscrições de trabalhos em desenho, pintura, fotografia, artes integradas, mosaico e escultura para espaços abertos. Cada participante pode enviar uma obra, inédita ou produzida nos últimos dois

DIVULGAÇÃO



“A crise climática deixou de ser uma questão distante e faz parte da nossa realidade”



Registro das Abelhas-Europa, feito por Vânia Caus no município capixaba de Santa Teresa

anos. A comissão avaliadora é composta por profissionais com reconhecida trajetória nas artes visuais e analisará critérios como qualidade artística, originalidade, pesquisa poética, domínio técnico, coerência com o tema central e viabilidade para montagem na exposição.

Ao todo, o evento distribuirá R\$ 6 mil em prêmios aquisitivos, divididos em R\$ 3 mil para o primeiro lugar, R\$ 2 mil para o segundo e R\$ 1 mil para o terceiro colocado. As três obras contempladas passarão a compor o acervo permanente do REVOADA, dando início a uma coleção pública vinculada à trajetória do salão e à memória cultural do município serrano.

A mostra das obras selecionadas acontecerá na GAST — Galeria de Artes de Santa Teresa, enquanto as esculturas monumentais voltadas para espaços abertos ficarão instaladas nos jardins do Instituto Nacional da Mata Atlântica — Museu de Biologia Prof. Mello Leitão. A abertura oficial ocorre no dia 3 de novembro, com visitação aberta até o dia 30 do mesmo mês. A programação prevê ainda oficinas, rodas de conversa e a cerimônia de premiação.

Idealizadora do Salão, Vânia Caus aborda a criação do projeto e o protagonismo da pauta am-

biental no interior capixaba. Na entrevista a seguir, o artista Henzo Lucas detalha sua visão sobre a arte no ecossistema atual.

ES Hoje: Como surgiu a proposta de criar o REVOADA e por que Santa Teresa foi escolhida para receber o Salão?

Vânia Caus: O REVOADA surgiu do desejo de criar em Santa Teresa um espaço permanente de encontro entre artistas, público e questões contemporâneas.

A cidade possui uma relação muito forte com a cultura, com a paisagem e com a Mata Atlântica, o que torna esse território especialmente significativo para uma iniciativa dessa natureza.

Queremos fortalecer as artes visuais, ampliar sua circulação e criar novas oportunidades para que artistas de diferentes lugares do Brasil estabeleçam diálogo com Santa Teresa e com o público capixaba.

Por que a crise climática foi

escolhida como tema da primeira edição?

Porque a crise climática deixou de ser uma questão distante e faz parte da nossa realidade. Seus efeitos estão presentes nas cidades, nas florestas, nos recursos hídricos e na vida das comunidades. A arte possui a capacidade de abordar essas transformações por caminhos que não são apenas científicos ou informativos. Ela provoca, sensibiliza, questiona e cria outras formas de perceber o mundo. O REVOADA quer justamente abrir espaço para essas diferentes leituras, respeitando a liberdade poética de cada artista.

O que representa abrir a chamada para artistas de todo o Brasil?

A chamada nacional permite ampliar o intercâmbio e colocar Santa Teresa em contato com diferentes experiências e pesquisas desenvolvidas no país. A crise climática assume características distintas em cada bioma brasileiro, e acreditamos que essa diversidade poderá aparecer nas obras inscritas. Ao mesmo tempo, queremos que os artistas conheçam Santa Teresa e que o público local tenha contato com produções provenientes de outras regiões.

Qual é a importância dos prêmios aquisitivos e da criação de um acervo permanente?

O prêmio aquisitivo possui uma dimensão importante porque reconhece o trabalho artístico e, simultaneamente, permite iniciar a formação de um acervo do Salão. As três obras premiadas permanecerão vinculadas ao REVOADA, preservando parte da memória de cada edição. Nossa intenção é que esse acervo cresça ao longo do tempo e se transforme também em uma referência da produção contemporânea que passou pelo projeto.

Que continuidade vocês imaginam para o REVOADA depois desta primeira edição?

Esta primeira edição é o início de um projeto que desejamos consolidar. A intenção é que o REVOADA tenha continuidade, fortaleça a presença das artes visuais em Santa Teresa e amplie progressivamente sua relação com artistas, instituições, pesquisadores e público. Queremos que o Salão seja reconhecido como um espaço de produção, circulação, formação e reflexão, mantendo a arte conectada às grandes questões do nosso tempo.



Abelhas Jataí: registro feito no Instituto Nacional da Mata Atlântica